

**ENTREVISTA**  
SORAYA SMAILI

# “UM TREMENDO DESAFIO”

Daniel Garcia



“Sou mulher, não sou professora titular, não sou médica e, ainda por cima, sou mais jovem em relação à maioria dos docentes”. Soraya Soubhi Smaili, 50 anos, resume desse modo a quebra de paradigmas que sua posse na Reitoria da Universidade Federal de São Paulo — Unifesp, antiga Escola Paulista de Medicina — envolve e implica, bem como sinaliza os desafios que poderá vir a enfrentar, ao longo de um mandato de quatro anos: 2013-2017.

Soraya foi vitoriosa na consulta estatutária feita à comunidade da Unifesp, em outubro de 2012, disputada por três chapas. Sua Chapa, a 3, intitulada “Unifesp Plural e Democrática”, e que teve como candidata a vice-reitora a conhecida pesquisadora Valéria Petri, recebeu 3.640 votos (39% dos válidos). Contudo, a eleição não é automática. O resultado da consulta precisa ser submetido ao Conselho Universitário (Consu), que vota uma lista tríplice de reitoráveis a ser enviada ao Ministério da Educação (MEC). A votação do Consu conferiu 39 votos para a Chapa 3 e 22 votos para a Chapa 2, “Renovação e Experiência”. Desse modo, o nome de Soraya foi referendado, por maioria, como o primeiro da lista tríplice encaminhada ao ministro Aloysio Mercadante.

Em janeiro deste ano, quando concedeu entrevista à *Revista Adusp*, a nova reitora ainda não havia sido nomeada, mas o então reitor Walter Manna Albertoni já lhe havia cedido a sala de transição no prédio da Reitoria, para reuniões que permitiriam aos novos gestores um conhecimento mais detalhado de algumas questões administrativas da instituição. Quando o ministro finalmente empossou no cargo, em 7 de fevereiro de 2013, a professora tornou-se oficialmente a primeira mulher (e o primeiro docente não titular) a dirigir a Unifesp desde sua fundação, em 1994.

Ativa no movimento estudantil quando graduanda, na USP de Ribeirão Preto, e depois na pós-graduação (que cursou na própria Unifesp), entre 1989 e 1990 Soraya presidiu a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Ao ingressar no corpo docente, passou a militar no movimento sindical. Entre 2001 e 2003, presidiu a Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp). Hoje é reconhecida pela proximidade com os sindicatos e com os movimentos sociais. “Não temos a pretensão de fazer uma revolução. Se conseguirmos mudar pensamentos e fazer o início de uma transformação na universidade, já será muito bom”.

Docente do Departamento de Farmacologia da Unifesp há vinte anos, a nova reitora valoriza a formação e a pesquisa acadêmica, até mesmo como forma de respaldar seu engajamento na vida política universitária. Livre-docente, tem dois pós-doutorados em instituições de primeira linha dos Estados Unidos. Comenta, a propósito: “Os adversários políticos se espantam comigo, porque sou alguém que tem carreira acadêmica”.

À *Revista Adusp*, Soraya conta como superou as dificuldades durante a campanha eleitoral, quais são os gargalos administrativos e políticos da Unifesp, e anuncia mudanças importantes no relacionamento institucional com os funcionários técnicos e o corpo docente; na extensão, que será valorizada; e na comunicação externa e interna. “Mais do que uma mulher, uma visão de mundo foi eleita, outra geração. É um tremendo desafio, mas também uma conquista de grande tamanho”.

A entrevista foi concedida a **Mariana Qween Nwabasili** e **Pedro Estevam da Rocha Pomar**.

**Revista Adusp.** Como surgiu a chapa “Unifesp Plural e Democrática”? Como foi possível a uma chapa com características, digamos, “contra-hegemônicas”, ganhar a eleição?

**SORAYA.** A nossa candidatura nasceu dentro do DCE. Toda a campanha foi feita dentro do DCE, porque eu não queria usar nem o espaço, nem os telefones da Adunifesp para fazer campanha. Era preciso separar bem as coisas. Então, nós nos reuníamos em alguns espaços da universidade, no meu instituto, nas salas de aula e no espaço de reuniões do DCE. A candidatura começou como um movimento. Logo no seu início, precisávamos nos caracterizar, então escrevemos um manifesto e criamos um nome. Assim surgiu o movimento “Unifesp Plural e Democrática”, no final de maio.

Na verdade, nesse período ainda nem existia a candidatura. Só tínhamos feito um manifesto para a Unifesp, porque estávamos preocupados com a Reitoria, com as eleições que iam acontecer em outubro de 2012. As inscrições foram abertas no dia 10 de julho. Inscrevemos a chapa “Unifesp Plural e Democrática” para disputar no dia 23 de julho. Fomos a última chapa a se inscrever, ou seja, ainda depois das inscrições abertas, nós levamos duas semanas para decidir se iríamos disputar. Gosto de destacar que, no começo do movimento, tínhamos sim uma preocupação com a eleição, apesar de isso não ser central, e estávamos no meio da greve das universidades federais.

**Revista Adusp.** O movimento foi um produto da greve das institui-

ções de ensino superior em 2012?

**SORAYA.** Não. A greve potencializou, criou mecanismos e facilitou a nossa comunicação. Até aquele momento, não existia um pacto permanente de interlocução entre os docentes dos diferentes *campi* da Unifesp. Isso só aconteceu durante aquela greve, o que foi um grande mérito da paralisação nacional. A Unifesp praticamente não fez greve depois que passou por sua grande expansão [em 2004]. A última greve em que entramos tinha sido em 2005, por causa dos professores associados. Mas foi muito limitada, não foi uma greve de grande abrangência.

*Surgiu a preocupação com o que iríamos fazer, já que ia ocorrer a eleição para a Reitoria: se teríamos uma pauta; se deveríamos promover debates. Reuniões que foram crescendo, num curto espaço de tempo. Isso deu origem ao nosso movimento “Unifesp Plural e Democrática”*

A greve nacional de 2012 começou em 17 de maio. Na Unifesp, ela teve início no dia 23 de maio, principalmente nos *campi* da expansão, mais precisamente Diadema. Diadema estava hiper-movimentado e aí os outros *campi* já estavam muito mobilizados. A Adunifesp não teve

de correr para se mobilizar, porque a greve já estava madura. Na verdade, a insatisfação já havia começado em 2011 e só foi crescendo. Juntando a questão de falta de condições com a questão do Reuni, e todas as demais insatisfações, a greve eclodiu no país inteiro, inclusive na Unifesp. Num primeiro momento, o movimento estudantil também se envolveu muito. Pela primeira vez, em mais de vinte e cinco anos, havia uma greve estudantil na EPM. A paralisação estudantil começou em Guarulhos, foi para os outros *campi* da expansão e chegou à EPM. Os estudantes de medicina decidiram pela paralisação em uma assembleia lotadíssima, histórica. Foi uma coisa impressionante.

Em meio a essa conjuntura, surgiu a preocupação com o que iríamos fazer, já que ia ocorrer a eleição para a Reitoria e nós precisávamos nos mobilizar. Nós passamos a nos questionar se teríamos um conjunto de propostas; se teríamos uma pauta, como havíamos feito no passado; se deveríamos promover debates. Todas essas preocupações nos levaram a fazer reuniões que começaram pequenas e depois foram crescendo, num curto espaço de tempo. Isso deu origem ao nosso movimento. Foi uma somatória de fatores: a greve dos docentes potencializou a greve dos estudantes; existia insatisfação com relação às condições da Unifesp, com a falta de infraestrutura, de democracia interna. Enfim, existia a necessidade de mudanças.

**Revista Adusp.** Então pode-se dizer que o desfecho também expressou uma insatisfação acumulada

da de sucessivas gestões?

**SORAYA.** Como disse, foi uma somatória de fatores que convergiram e que, sim, tiveram a ver com questões antigas, com coisas que foram sendo construídas ao longo dos últimos vinte anos. No geral, existia um desejo de democratizar a EPM. Segmentos que não tinham a possibilidade de influenciar a universidade, que são os estudantes e os funcionários, necessitavam de voz, ação e participação. Isso vem de antes da expansão. Os docentes menos titulados e que não são médicos não tinham participação também. Dentro do *campus* São Paulo, existe uma parcela grande de não médicos que não consegue fazer parte de uma determinada elite que sempre comandou a Unifesp nos últimos vinte, trinta anos.

Nos últimos oitenta anos, o único momento em que houve um respiro com relação a esse tipo de mentalidade de grupos — que não vou nem dizer quais são, porque foram diferentes e se sucederam — foi na candidatura do professor Nader Wafae, em 1986. Durante a nossa campanha, lembramos muito dele por ter sido exemplo de uma candidatura fruto do primeiro processo de consulta na EPM. Lembro que eu estava chegando, em 1986, e participei dessa mobilização estudantil, que também alavancou a candidatura do Nader, que acabou ganhando na comunidade. E era uma eleição informal, feita pelas entidades, porque naquela época a consulta não era estatutária, como é hoje. A preferência da comunidade levou o Nader a ser incluído na lista sextupla. O então ministro da Educação [Marco Ma-

Daniel Garcia



ciel] o escolheu, por ter sido o mais votado na consulta. Foi uma história interessante. Por causa dessa candidatura do Nader e da diretoria que ele fez tivemos alguns ganhos que têm reflexo até hoje. Mas isso foi apenas por quatro anos. Então quando volta, digamos, à mesma lógica, conseguimos avançar mais um pouquinho.

**Revista Adusp.** Estudantes, funcionários e professores da extensão tiveram maior peso para o resultado favorável à sua chapa na consulta. Como avalia isso?

**SORAYA.** Nós vencemos entre os funcionários com uma distância enorme dos outros candidatos. E entre os estudantes foi a mesma coisa. Entre os docentes, houve um equilíbrio. Pendeu a um equilíbrio por causa do *campus* São Paulo ter um grande número de docentes. São 600 professores em São Paulo e mais 600 na expansão. Realmente, entre os docentes da expansão, a Chapa 3 venceu em todos os *campi*.

Mas gosto de dizer que não fomos perdedores entre os professores do *campus* de São Paulo, apesar de algumas matérias jornalísticas terem insinuado isso. Não é assim, porque os votos ficaram divididos entre as três chapas em São Paulo.

A Chapa 2 venceu entre os docentes, a grande maioria médicos; Rosana Fiorini Puccini, candidata da Chapa 1 [“Unifesp com todos”], que também é médica, ficou em segundo lugar; e nós, da Chapa 3, ficamos em terceiro. Entre os funcionários de São Paulo nós ganhamos com muita diferença. Já entre os estudantes a Rosana ganhou, e nós ficamos em segundo lugar. Então existiu uma distribuição. Se considerássemos a paridade no *campus* São Paulo, por exemplo, ficaria muito equilibrado. Agora, se fosse paritário no âmbito geral, em todos os *campi*, nossa chapa ganharia até por uma diferença maior.

*A expansão realmente se tornou enorme com o Reuni, que trouxe todos esses colegas novos, docentes e estudantes.*

*Esse foi o lado bom da expansão, apesar de todos os problemas de condições e de infraestrutura.*

*De maneira geral a expansão foi fenomenal, possibilitou uma energia nova*

**Revista Adusp.** Como acha que os *campi* da expansão têm feito diferença no processo de eleição para reitor?

**SORAYA.** A Unifesp se transformou em universidade em 1994, mas ficou ainda muito restrita ao campus de São Paulo. Quando isso aconteceu, a comunidade disse: “Opa, então agora nós somos uma universidade e as coisas podem mudar”. Ocorreu uma mudança de estatuto; no Conselho Universitário nós começamos a ter mais representação estudantil, que era pequena e se ampliou, e a representação dos funcionários também aumentou. Quando aconteceu a expansão da universidade para outros *campi*, em 2004, começando com a criação do *campus* da Baixada Santista, nós, do movimento democrático da universidade, dissemos: “Agora vamos virar uma verdadeira universidade, teremos um ambiente mais democrático, mais oportunidades de respirar”. Só que isso ficou controlado durante uns bons pares de anos. E aí a expansão realmente se tornou enorme com o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], que realmente trouxe todos esses colegas novos para a universidade, docentes e estudantes. Esse foi o lado bom da expansão, apesar de ter sido essa expansão com essas questões todas e com todos os problemas que se desdobraram, com relação às condições e à infraestrutura. Mas de maneira geral a expansão foi fenomenal, foi excelente. Possibilitou uma energia nova, novas pessoas que endossaram a greve nacional das federais em 2012.

## TRAJETÓRIA ACADÊMICA FORTE

Leticia Verdi/MEC



Soraya Smaili ingressou na antiga Escola Paulista de Medicina (EPM) como aluna, em 1986, para fazer mestrado e doutorado. Neste período, tornou-se presidente da Associação dos Pós-Graduandos (APG-EPM) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Em 1992, prestou concurso e entrou para a carreira docente no Departamento de Farmacologia. Em 1997, fez estágio de pós-doutorado na Thomas Jefferson University, na Filadélfia, e em 1998 e 1999, no National Institutes of Health, em Bethesda, também nos Estados Unidos. Em 2001, elegeu-se presidente da Associação dos Docentes (Adunifesp). Fez livre-docência em 2005, período em que foi coordenadora do Laboratório de Microscopia Confocal da Unifesp, onde atua até hoje. Exerceu os cargos de secretária regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de coordenadora da Pós-Graduação em Farmacologia da Unifesp, de 2006 a 2012. A fotografia registra a posse em Brasília, ao lado do ministro Mercadante.

O governo acabou botando um pouco de gasolina nisso, ao não dar as condições para esse monte de gente cheia de energia, cheia de vontade de construir uma coisa nova, de ter uma carreira, de lutar. Então, na verdade, foi energia para nossa mobilização. Com relação a esta última eleição, tem de haver o reconhecimento de que os *campi* da expansão gritaram por mudança, mas não só

eles. Boa parte do *campus* São Paulo também quer mudança.

**Revista Adusp.** Acha necessária a renovação trazida pela expansão, Reuni?

**SORAYA.** Percebo que, nos últimos anos, o que cresceu muito no *campus* São Paulo foi a pesquisa, a pós-graduação. Porém, a graduação continuou muito semelhante, ou seja, o número de docentes não

mudou. Que acabou acontecendo? Esses caras envelheceram. O campus de São Paulo mesmo envelheceu. Ele tem alguns problemas muito semelhantes aos que existem na USP, por exemplo. A média de idade de docentes no *campus* é de 55 anos. Durante muito tempo eu, com 50 anos de idade, fui a docente mais nova do meu departamento. Foram dez anos sendo a professora mais nova, hoje ainda sou a quarta mais nova. Então é um *campus* que envelheceu, porque não aconteciam concursos. E mesmo com o Reuni, feito para os *campi* da expansão, o *campus* São Paulo não se expandiu, continua com os cinco cursos de graduação que tinha há trinta anos. Temos uma mudança que vem da expansão e que obriga a universidade a mudar. Isso é bom, é positivo.

**Revista Adusp.** O Consu referendou a escolha da sua chapa pela comunidade. Por outro lado, a Chapa 2 recebeu 22 votos desse conselho. Houve uma tentativa de atropelar a Chapa 3 e, além disso, atropelar o próprio processo eleitoral baseado na consulta?

**SORAYA.** Sim, teve isso também. Como não deu certo, nossos adversários políticos na campanha se espantaram. Eles não imaginavam que iríamos nos organizar e nos mobilizar também para o Consu. Tivemos só uma semana para fazer isso, e nessa semana detectamos claramente que havia um movimento [contra nós], um grupo que ainda tinha esperança de passar a Chapa 2 como primeira na lista tríplice. Essa ação geraria um pretexto, uma desculpa ou um argumento para possibilitar a escolha da can-

didata da Chapa 2, quando a lista fosse encaminhada [ao MEC] junto com a consulta, já que são obrigados a mandar a consulta para o MEC, porque ela é estatutária, um processo formal da universidade. Se tivesse ocorrido a mudança na lista tríplice, nós correríamos sérios riscos, não tenho a menor dúvida. E mesmo depois da lista tríplice, ainda havia muito burburinho de pessoas da EPM inconformadas com o resultado, tentando articular alguma coisa, mais uma vez, depois do envio da lista. Uma parte disso se acalmou muito quando a transição começou. Eles se espantaram com a nossa organização, atuação política e capacidade de mobilização.

**Revista Adusp.** A transição foi tranquila? Quais foram suas primeiras articulações durante esse período?

**SORAYA.** Quem pediu a transição fomos nós. Não foi uma iniciativa da Reitoria, mas ele [reitor Walter Manna Albertoni] aceitou de imediato. Achou um pouco estranho, mas aceitou. Claro, dentro do possível, acho que ele entendeu que a melhor coisa para o final de sua gestão seria não criar nenhum constrangimento, porque seria um problema a mais para administrar. Então teve sensibilidade para reconhecer que era o melhor a ser feito. Acho que eles pensaram que seria uma transição um pouco *light* e nós começamos a fazer um monte de reuniões, montar organograma. Fomos fazendo o trabalho, fazendo relatórios, reuniões, discutindo entre a gente.

A primeira coisa que fizemos quando chegamos foi perguntar on-

de estava o organograma da universidade — e não tinha. Não havia um organograma. Nós que montamos. Conforme fomos fazendo as reuniões, vimos que a estrutura cresceu muito e de maneira desordenada. A outra gestão não tinha controle sobre no que a estrutura da universidade se transformou, porque essa estrutura foi mudando com a expansão, que foi enorme e realmente feita sem nenhum planejamento. Nada. Zero. Não sei nas outras universidades, mas aqui não houve. Foi uma cultura de apagar incêndio o tempo inteiro.

Durante a campanha inteira, fizemos plenárias abertas e, depois da eleição, continuamos com isso. Nessas plenárias, começaram a aparecer pessoas que apoiaram as outras chapas e, com isso, começamos a ampliar. Hoje, tem gente das outras chapas no nosso grupo de transição. Uma dessas pessoas vai ser pró-reitora de Administração, a professora Janine Schirmer, da Escola Paulista de Enfermagem. Ela apoiava a Chapa 1, e é uma força importante, uma pessoa em quem temos confiança política para fazer o trabalho. Então, até para primeiro escalão nós estamos considerando essas composições.

Nas plenárias, também fomos explicando como estava a transição, como era o organograma, o que estávamos fazendo. Quer dizer, era uma espécie de prestação de contas que, ao mesmo tempo, foi criando o fato consumado. No final do ano passado, o [então] reitor até me apresentou ao ministro da Educação em uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes

das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Em uma outra ocasião, eu fui com ele visitar o prefeito eleito de Osasco, que é onde nós temos um *campus*. Ele também queria ir visitar o prefeito de Guarulhos antes de sair; disse que onde o prefeito fez o sucessor, queria me levar, porque daí ele se despediria do antigo e eu me apresentaria para o futuro. Ele indicou que eu faça uma reunião com os novos prefeitos [nas cidades] onde temos *campi*.

**Revista Adusp.** No manifesto de sua chapa está escrito: “Todos os *campi*, departamentos e setores acadêmicos e administrativos devem ter condições dignas de desenvolver seus planos e projetos, de forma transparente e colaborativa, contribuindo para a qualificação da instituição e da sua vida acadêmica”. Como articular os *campi*? O que será preciso?

*Existe uma mudança na influência hegemônica da Escola Paulista de Medicina.*

*A Unifesp não é mais a EPM. Essa é uma mudança inexorável, a menos que um grupo queira a separação da EPM, o que pode até passar pela cabeça de alguns, mas seria um erro, uma loucura*

**SORAYA.** Acredito que tenhamos de reconhecer que existe uma

Daniel Garcia



mudança na influência hegemônica da Escola Paulista de Medicina. A Unifesp não é mais a EPM. Não basta mais só ela para a administração de toda a universidade. É preciso deixar claro para a EPM que a universidade cresceu de tal maneira que não existe mais como apenas a sua comunidade ser a maioria para controlar. Será preciso dialogar com todos os outros para poder fazer parte dessa universidade, para construir uma universidade. Essa é uma mudança inexorável e talvez uma parcela da comunidade ainda não tenha se dado conta de que vai ser necessário, sim, construir junto, negociar, abrir mão de certas coisas. É um fato que não tem mais como retroceder, a menos que um grupo queira a separação da EPM, o que pode até passar pela cabeça de alguns, mas seria um erro, uma loucura. Nós somos uma universidade e temos que trabalhar conjuntamente. O primeiro passo para isso é olhar para a expansão. Temos

de pensar que a avaliação passa também pelos *campi* da expansão. Mas não só.

Como disse, uma das nossas preocupações foi trazer pessoas para esta gestão que não fizeram parte de nossa campanha e, assim, ter o reconhecimento no campus São Paulo, principalmente na EPM. Então, reconhecemos que teremos de compor as forças com a EPM para que possamos fazer um governo. Nesse sentido, foi feito todo um processo de discussão entre os membros do movimento “Unifesp Plural e Democrática” sobre a importância de trazermos para essa gestão pessoas que nós entendemos que podem dar uma contribuição para este projeto, sempre baseada no programa. Do contrário, não vamos conseguir. Afinal, os conselhos centrais, por exemplo, não mudaram. Não adianta nós termos tido 39% de votos, se a democracia interna ainda não aconteceu. Precisamos de mais elementos, mudanças nos conselhos centrais e no próprio processo eleitoral. Tudo isso precisa ser discutido, porque vamos continuar com a estrutura anterior. É uma mudança de direção, mas a estrutura antiga continua.

**Revista Adusp.** Que diferencial o programa de sua chapa trará para a gestão?

**SORAYA.** Esse programa foi fruto de um movimento, um trabalho importante, interessante, de muita mobilização, dentro de uma dinâmica em que as pessoas interessadas numa determinada área contribuíram em um aspecto. Como exemplo, eu cito sempre a política de sustentabilidade, que os outros

programas não tinham, mas nós tínhamos porque havia um grupo de pessoas do nosso movimento que estuda e trabalha com políticas de sustentabilidade. Também tínhamos pessoas voltadas para a questão da formação continuada, do ensino, da graduação, da pós-graduação, da extensão e da assistência estudantil, que é uma parte superimportante do projeto. Além disso, tinha um grupo bem grande, no qual eu me incluo, envolvido nas políticas de pós-graduação, mas principalmente nas políticas globais e nas questões administrativas. Então, parte muito significativa do programa diz respeito à reforma administrativa. E esse é um ponto-chave por conta de dois grandes aspectos. O primeiro diz respeito à própria administração: como se estruturam as questões do orçamento, a distribuição do orçamento, a discussão sobre o orçamento, que não existia. Nesse sentido, falamos muito sobre a descentralização da administração e do orçamento. Hoje, tudo está centralizado na Reitoria. O segundo aspecto é o planejamento, que também não aconteceu. Nisso entra a questão da infraestrutura, por exemplo.

**Revista Adusp.** Com base no programa, quais mudanças estão previstas na administração da universidade ?

**SORAYA.** Não temos um política de gestão de pessoal na Unifesp. Nós propusemos nesse programa criar uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, o que já existe em algumas universidades federais e não existe na nossa, embora tenhamos feito essa proposta já há alguns anos. Há

algum tempo já estamos falando sobre isso, nós do movimento docente da universidade. Essa política de gestão de pessoas é absolutamente necessária, porque hoje um dos maiores problemas que temos é um departamento de recursos humanos que trata das questões técnicas, mas não tem política de gestão. Por exemplo, não existe uma política de formação dos nossos técnicos-administrativos e não existe uma política de atendimento à saúde, tanto aos docentes quanto aos técnicos-administrativos. Levantamentos mostram que os nossos técnicos estão adoecendo. A maioria das doenças está relacionada principalmente à saúde mental, como depressão e alcoolismo. Existem também adoecimentos relacionados a repetições de atividades pesadas, resultando em lesões osteomusculares. Já entre os docentes, a porcentagem maior de doenças são as cardiovasculares. A categoria tem adoecido muito de neoplasias também. Mas os docentes, de alguma forma, acabam tendo atendimento, ou melhor, até conseguem se virar. Não todos, mas uma parcela dos professores consegue ter um plano de saúde ou ter conhecimento, porque estão em uma escola médica e as pessoas se conhecem. Então, o maior gargalo hoje em atendimento à saúde é o funcionário. Os funcionários realmente estão cansados, muito sobrecarregados e precisam ter uma política de atendimento à saúde para a prevenção dessas doenças.

O Hospital São Paulo, por exemplo, é um dos locais onde os funcionários apresentam mais doenças. Vários setores não têm local

para comer e eles não têm onde descansar, não têm acolhimento. Além disso, muitos locais de trabalho estão deteriorados e precisam de um olhar urgente. Realmente é uma parcela enorme da força de trabalho que está hoje bastante debilitada por conta dessas questões de saúde e também por falta de reconhecimento e valorização do trabalho. Por isso, dentro da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas queremos criar um departamento de desenvolvimento de pessoal para dar cursos de formação. Nós temos cursos de mestrado e doutorado em diversas áreas que podem ser dados para os nossos funcionários. Considerando os trabalhadores do Hospital São Paulo, também temos a obrigação de instituir a jornada de 30 horas para os que fazem turnos de 12 horas. E para podermos fazer isso, vamos reformular o Conselho Gestor da Universidade.

*Na Pró-Reitoria de Extensão temos um grande desafio que é a introdução dos projetos sociais como uma política, pois extensão não é curso pago. Durante muito tempo na Unifesp a extensão foi usada como canal para cursos pagos. Os projetos sociais ficaram sempre à margem*

Entre as federais, a Unifesp é primeira entre os programas de pós-graduação, proporcionalmente ao número de docentes, claro, já que a UFRJ, por exemplo, tem 3 mil docentes. Mas, na Unifesp, isso se mantém graças ao esforço dos pesquisadores. E isso precisa mudar. Nós precisamos ter um olhar institucional para o pesquisador e para a pesquisa. Assim, faremos com que haja crescimento da pós-graduação, porque, hoje, o que essa área cresceu foi com base no investimento de recursos práticos individuais dos pesquisadores.

Na Pró-Reitoria de Extensão temos um grande desafio que é a introdução dos projetos sociais como uma política, pois extensão não é curso pago. Durante muito tempo na Unifesp, e na USP também, a extensão foi usada como um canal para propiciar os cursos de especialização que depois viraram um nicho para os cursos pagos. Então, os projetos sociais ficaram sempre à margem da extensão. Por isso, nós estamos trazendo para essa Pró-Reitoria a professora Florianita [Campos], que é do *campus* da Baixada Santista. Fizemos isso, porque lá na Baixada existe um projeto pedagógico por meio do qual o ensino, a pesquisa e a extensão são desenvolvidos conjuntamente nos primeiros dois anos de todos os cursos de graduação. São projetos multidisciplinares, nos quais o aluno faz pesquisa com extensão ou faz extensão com pesquisa. Esse projeto tem sido feito com muito sacrifício, mas está indo bem e está tendo muitos desdobramentos no *campus* da Baixada. Nós queremos trazer essa concepção de extensão para a Pró-Reitoria.

A política de comunicação deve sofrer uma boa reestruturação. Isso foi algo que também foi desestruturado nos últimos tempos. Há quatro ou cinco anos, a Unifesp tinha uma TV. Fomos pioneiros em TV universitária e isso foi desativado. O então reitor, Ulysses Fagundes Neto, resolveu desativar a TV, achando que era muito gasto. E com isso foram cortando e cortando, e não temos mais política de comunicação institucional. Então, hoje, quem pauta a imprensa sobre a Unifesp é a própria imprensa. Nós não pautamos a imprensa. Acontece Guarulhos [conflitos no *campus*], só aparece Guarulhos [na mídia]. As outras coisas que a universidade está fazendo não aparecem. Temos um jornal da instituição que é elaborado por profissionais muito dedicados, mas não tem uma estratégia de comunicação e muitas vezes não é lido. A nossa página na Internet é desordenada, não tem identidade visual. Não estamos informando o que estamos fazendo, nem o que queremos fazer. Para isso, é preciso ter uma reformulação na política de comunicação tanto institucional, para falar com a imprensa e ter uma forma de visibilidade, quanto interna. Também estamos trazendo uma pessoa para cuidar disso, que é o professor Cláudio Cardoso, da área de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Ele vai dar uma contribuição para nós, porque não temos essa área na nossa universidade ainda. As coisas foram crescendo e se ampliando rapidamente e agora temos que “correr atrás” para tentar administrar de alguma forma.

*A questão da infraestrutura também envolve reformas no campus São Paulo. São prédios antigos, vários deles em deterioração. Nos campi da extensão estamos sofrendo muito com as construções.*

*Osasco tem um enorme terreno, mas não tem um projeto para construção. O prédio de Guarulhos não saiu até hoje*

**Revista Adusp.** Em 2012, os alunos de Guarulhos fizeram uma greve de cinco meses (iniciada em 23 de março) reivindicando melhorias na infraestrutura do campus. Estão sendo previstas melhorias na infraestrutura dos *campi* da extensão? O que dizer sobre o problema?

**SORAYA.** Neste momento realmente sofremos muito com os projetos de infraestrutura da universidade. Não tem planejamento e não tem projeto para os prédios, para as reformas e para os equipamentos que foram sendo adquiridos. Hoje, por exemplo, parte dos equipamentos não tem manutenção, então pensamos em um programa de sustentabilidade desses equipamentos. Vale dizer que a questão da infraestrutura também envolve as reformas no *campus* São Paulo, porque esse *campus* tem muitas

Daniel Garcia



estruturas, laboratórios e prédios, mas a manutenção de tudo isso não acontece. São prédios antigos, vários deles em deterioração, alguns menores, outros maiores. Precisamos trabalhar na recuperação desses prédios em São Paulo.

Nos *campi* da extensão, será necessária atenção para as novas edificações, porque estamos sofrendo muito com questão das construções. Osasco tem um enorme terreno, mas não tem um projeto para construção. Em Santos o primeiro prédio levou sete anos para ser feito, e só foi inaugurado no começo de 2012. O prédio de Guarulhos não saiu até hoje. Também existe um drama nessa história: quatro processos licitatórios. Diadema levou seis anos também para construir um prédio em um local que está com sérios problemas. O prédio principal desse *campus*, o único que conseguimos construir, é junto com a Uniforja, que é uma cooperativa, uma

espécie de metalúrgica. As duas instituições convivem no mesmo terreno. É um projeto mirabolante. Os prédios estão no mesmo terreno, mas não se comunicam. Daí existe todo um sistema de segurança para que essa cooperativa — que era a antiga Conforja e agora chama-se Uniforja, e tem o emblema do governo federal — funcione no local. Isso tudo nós fomos descobrindo também. Ou seja, existem problemas que são muito sérios: a manutenção dos laboratórios e das salas de aula; mas também existe o problema das construções, necessárias por conta da expansão. Esse também é um aspecto administrativo relacionado a orçamento, descentralização e infraestrutura.

**Revista Adusp.** Existe algum *campus* da expansão que se destaca positivamente?

**SORAYA.** São José dos Campos foi o que mais se desenvolveu planejadamente. Primeiro, porque teve um pensamento mais estratégico que partiu do próprio gestor que estava lá. Segundo, porque a cidade deu um peso muito grande para a Unifesp lá. Isso foi um diferencial. O prefeito de São José dos Campos teve uma visão de que a presença da Unifesp na cidade era estratégica para o desenvolvimento do parque tecnológico na região e para o próprio desenvolvimento do município. Então ele deu terreno e ajudou na construção de prédio. Em Guarulhos, por exemplo, estamos patinando até hoje. Em Osasco também, mas aí não sei até que ponto. Sei que Osasco não veio com o Reuni, foi

um adendo, digamos, ao Reuni. E lá é um *campus* novo, tem dois anos. Mas Osasco tem um potencial grande, pode ser muito diferente de Guarulhos. Existe um terreno enorme lá, comprado pelo MEC há seis anos. Esse terreno é um dos melhores que Unifesp tem hoje, porque tem 200 mil m<sup>2</sup>, é um planalto, e está a 400 metros de uma estação de trem, ou seja, tem acesso, que é um dos grandes dramas hoje dos nossos *campi*. Diadema tem problema de acesso, Guarulhos tem problema de acesso. Existe uma discussão de construirmos um *campus* no Embu, mas lá terá um problema de acesso que será dos piores também. Vamos ter de negociar com o MEC.

**O termo**  
**“internacionalização”**  
**é um jargão novo para**  
**uma coisa antiga e**  
**necessária. Não sou**  
**ingênua a ponto de achar**  
**que as novas políticas**  
**que estão vindo com essa**  
**denominação não tenham**  
**um caráter produtivista.**  
**Mas a internacionalização**  
**também pode ser vista no**  
**sentido da colaboração,**  
**do intercâmbio**

**Revista Adusp.** Segundo notícia de 17/12/2012 do jornal *Brasil de Fato*, Luiz Carlos de Oliveira, de 20 anos, estudante de filosofia da Unifesp de Guarulhos, suicidou-se. A reportagem alegou que ele era rejeitado por alguns colegas da faculdade pelo fato de ser negro e pobre. Como vê a política de cotas que a Unifesp já seguia e a nova lei do governo federal para a reserva de vagas nas universidades federais?

**SORAYA.** Tem que ter cotas. A Unifesp foi uma das primeiras a ter políticas de cotas para oriundos de escolas públicas e isso ocorreu há dez anos. No primeiro ano da lei de cotas do governo federal, não teremos problemas, porque, hoje, já atingimos a meta de 12% de alunos de escolas públicas ocupando nossas vagas. Mas acho que é preciso ter mais recursos para a permanência desses alunos na universidade.

Sobre o estudante que se suicidou, existe um conjunto de fatores: a vulnerabilidade social da família; o fato de ser estudante de um *campus* que tem problemas e com um movimento estudantil de diferentes vertentes políticas. É importante destacar que, no *campus* de Guarulhos, o NAI [Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, responsável pelo atendimento psicológico de alunos] tem 500 atendimentos mensais. Esse *campus* tem um conjunto de pessoas com mais vulnerabilidade social. Lá, 70% dos estudantes são oriundos de escolas públicas e são da periferia. O Bairro dos Pimentas [onde se situa o *campus* de Guarulhos] é um local ermo, afas-

tado. Isso vai ser investigado, mas existe todo um contexto, podem ter sido todos esses fatores que levaram o estudante ao suicídio. Eu não acredito em homicídio. É importante salientar que ele nunca procurou o atendimento psicológico oferecido no campus, então não tínhamos um histórico sobre ele. O que fazemos com relação a isso? Temos que dar mais atenção a esse núcleo de atendimento psicológico oferecido em um *campus* localizado em uma região de vulnerabilidade social.

**Revista Adusp.** Em uma de suas entrevistas, você fala da necessidade de internacionalização da Unifesp. Mas nos tempos atuais de produtivismo acadêmico, a internacionalização costuma estar associada à elaboração de rankings e a critérios de produção científica que às vezes não se relacionam com temas nacionais. Em que consiste a internacionalização que você pretende implantar ou estimular como reitora?

**SORAYA.** Primeiro é preciso dizer que existem alguns nomes novos para coisas antigas que fazem parte do fazer acadêmico. O termo internacionalização é um jargão novo para uma coisa antiga e necessária. Claro que não sou ingênua a ponto de achar que as novas políticas que estão vindo com essa denominação não tenham um caráter produtivo, considerando um aspecto mais quantitativo. Mas a internacionalização também pode ser vista como algo antigo que devemos fazer no sentido da colaboração, do intercâmbio, da contínua troca. Há quinze anos, eu fiz parte da

internacionalização, quando fiz o meu pós-doutorado, e isso foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa que fiz depois. Mudou a minha visão de mundo. É nesse sentido que devemos enxergar a internacionalização. Mas, pelo menos na minha concepção de internacionalização, o problema é que existe uma preocupação em nos equiparar sempre olhando para fora, principalmente para o hemisfério Norte. Nunca olhamos para o Oriente ou para os países do hemisfério Sul, só olhamos para cima.

Não estamos preparados para o grau da internacionalização que está sendo exigido por conta dessas questões quantitativas. É preciso apoio para a internacionalização. O governo federal lança o programa Ciência Sem Fronteiras e aí põe 100 mil bolsas. Mas onde é que a coisa esbarrou muito fortemente? Cadê a permanência estudantil? Cadê a formação desses jovens? Como ele vai aprender uma língua se não consegue nem se sustentar dentro da universidade? Aqui na Unifesp, os alunos esbararam no problema do domínio da língua. Muitos dos estudantes que queriam ir [estudar fora] não conseguiram passar nos testes de língua estrangeira. São questões mais básicas e fundamentais.

Dizem também que parte da internacionalização é trazer o estudante de fora. Mas como é que se traz o estudante tendo, por exemplo agora, o drama dos angolanos aqui? Estão trazendo um monte de gente, mas não temos moradia e restaurante universitário nem para os nossos alunos nem para os

estrangeiros. Vira um drama em dobro, porque, além de tudo, os estrangeiros são discriminados, não têm condições de subsistência e ainda têm as barreiras da língua e da cultura. Pelo que sei, a bolsa de permanência [para intercambistas estrangeiros] é de 400 reais mensais, então eles também têm dificuldade de achar onde ficar.

***A SPDM se transformou em algo que não temos controle. Com relação ao Hospital São Paulo, precisamos ter mais transparência. Não quisemos usar um discurso falacioso de que “vamos federalizar o Hospital São Paulo”. Porque esse é um imbroglia grande que nem governo e Ministério Público conseguiram resolver***

**Revista Adusp.** Relacionam-se fortemente com a Unifesp duas entidades privadas: a FAP, dita fundação “de apoio” à universidade; e a SPDM, que embora não tenha estatuto de fundação assemelha-se a esse tipo de entidade, e, tal como a Fundação Faculdade de Medicina, tem atuado como gestora de inúmeros equipamentos públicos de saúde do Estado e de municípios paulistas, acentuando o processo de privatização imposto pelo PSDB em São Paulo. Como você pretende lidar com esse problema?

Daniel Garcia



**SORAYA.** O funcionamento das fundações nas universidades federais está sob a proteção de decretos federais. O que a FAP tem feito nos últimos anos é ser mais transparente em seus processos. Seu ex-presidente [professor Durval Rosa Borges] forçou os diretores da FAP a publicarem relatórios de gestão que, atualmente, são divulgados com o nome de todos que recebem [pagamentos]. O que podemos melhorar é fazer com que a FAP mantenha total transparência em todos os seus procedimentos. Há alguns anos, já conseguimos garantir que o reitor da Universidade não seja o presidente da fundação, o que seria um conflito de interesses. Acho que ainda precisa ficar claro quanto recursos a FAP recebe, de onde recebe e onde estão sendo aplicados. Isso ainda não é esclarecido pelos atuais relatórios. Também é preciso mais transparência com relação aos critérios de concessões para os apoios à fundação. E é im-

portante identificarmos o que está sendo encaminhado à FAP como desvio de funções pelas quais a universidade deve ser a real responsável. Uma editora de livros e publicações, por exemplo, deveria ser criada e gerida pela universidade [e não pela FAP, como ocorre atualmente].

Já a SPDM se transformou em algo que não temos controle. Ela é uma administradora de hospitais em São Paulo que não tem mais controle. Isso começou com uma fundação que tinha relação com o Hospital São Paulo, que é da Unifesp, mas é privado, não federal. Com relação ao Hospital São Paulo, precisamos ter mais transparência também. Mas nesse aspecto eu não queria dar esperança para algo que podemos não conseguir, uma vez que já passamos por muitos movimentos em prol da federalização do hospital, sem obtermos sucesso. Então, se conseguirmos terminar a gestão tendo mais transparência e caminhar para a federalização, já estaremos fazendo uma grande coisa. Nós não quisemos usar um discurso falacioso durante a campanha, dizendo “vamos federalizar o Hospital São Paulo”. Talvez tenhamos sido mais conservadores com relação a isso, mas é porque esse é um *imbroglia* grande, que nem o governo e nem o Ministério Público conseguiram resolver. Se o governo federal quiser resolver essa questão, ele consegue. Mas nós, sozinhos, não iremos conseguir.

**Revista Adusp.** Como foi vista a sua proximidade com os sindic-

tos e movimentos sociais durante a campanha? Essa proximidade irá influenciar a gestão?

**SORAYA.** Durante a campanha isso veio à tona muitas vezes, mas conseguimos nos sair bem. A candidata da Chapa 1 [Rosana Puccini], apesar de ser uma pessoa muito interessante, tentou colar isso, mas não colou. Foi colocado de maneira não explícita que a nossa candidatura teria uma interferência dos sindicatos e das entidades na Reitoria. Isso chegou a constar em documentos. Mas, quando essa questão apareceu nos debates, eu disse que nós do Sindicato dos Docentes sempre lutamos pela autonomia e pela democracia, então de maneira alguma o sindicato interferiria na administração, assim como não utilizaríamos o sindicato para “comprar” a nossa administração. Disse também que eu esperava que a Adunifesp continuasse crítica [em relação à nova gestão]. Mas é claro que, se estivermos fazendo tudo certinho, queremos ter o apoio. Apoio no sentido de reconhecer o que estivermos fazendo.

As entidades representam um aspecto muito importante desse projeto que queremos implantar na universidade; mas, lógico, não iremos interferir na autonomia delas. É assim que pretendemos nos manter: com respeito à autonomia, mas com uma boa interlocução, um bom trabalho conjunto, inclusive com o movimento estudantil. Vale dizer que sou sindicalizada e sempre defendi a carreira docente, nossa vida universitária. Então não tenho qualquer problema em ser

taxada como sindicalista. E, logicamente, eu respeito o que a categoria decide.

*Ser a primeira mulher a assumir a Reitoria da Unifesp é uma mudança numa estrutura conservadora e machista. A primeira professora a se tornar titular aqui foi a minha vice, Valéria Petri, há apenas 15 anos. Não é o fato de eu ser mulher que vai mudar as coisas, mas isso é um dos elementos da mudança*

**Revista Adusp.** Você será a primeira mulher a dirigir a Unifesp. Também será a primeira vez que o cargo de reitor será exercido por um docente que não pertence à área médica *stricto sensu*. Isso é apenas uma curiosidade ou representa uma mudança substancial na antiga Escola Paulista de Medicina?

**SORAYA.** Isso chegou a ganhar um tom jocoso no começo da campanha. Um ex-reitor chegou a me dizer que duas mulheres enfraqueceriam a chapa e recomendou que eu colocasse um homem para vice-reitor. Ele estava reproduzindo o que uma parcela dos professores

da EPM iria pensar mesmo. É uma coisa legal ser a primeira mulher a assumir a Reitoria da Unifesp. É uma mudança em uma estrutura conservadora e machista, não dá para dizer que não é. A primeira professora a se tornar titular aqui foi a minha vice, Valéria Petri, há apenas quinze anos.

É lógico que as questões de gênero não se sobrepõem às outras. Não é o fato de eu ser mulher que vai mudar as coisas, mas isso é um dos elementos da mudança, está relacionado com um desejo de mudança e com uma visão de mundo, ao ponto de os meus colegas homens aceitarem o resultado. Mas o fato de eu ser mulher, sozinho, não seria nada, só um factóide, se eu fosse a primeira reitora, mas com um projeto igual [aos anteriores]. Isso é bom, porque nós podemos trazer à administração da universidade um outro olhar.

Mais do que uma mulher, uma visão de mundo foi eleita, outra geração. Geralmente quem vai para a Reitoria está no fim da carreira. Eu não estou no fim da minha e ainda quero fazer muito mais. Sou mulher, não sou professora titular, não sou médica e, ainda por cima, sou mais jovem com relação à maioria dos docentes aqui. Então, somada ao fator de gênero está a idade, ou seja, esta vai ser uma gestão mais jovem também. Isso pode ser um elemento a nosso favor para as relações com os estudantes, com os funcionários e com os docentes novos. É um tremendo desafio, mas também uma conquista de grande tamanho.